

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

capital próprio, imputados aos dividendos obrigatórios, a saber: a) R\$0,36 (trinta e seis centavos) por ação ordinária e R\$0,40 (quarenta centavos) por ação preferencial, aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de abril de 2019 e pagos no dia 06 de junho de 2019, e, b) R\$0,36 (trinta e seis centavos) por ação ordinária e R\$0,40 (quarenta centavos) por ação preferencial, aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de novembro de 2019 e pagos no dia 17 de dezembro de 2019. Os juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, relativo ao exercício social de 2019, totalizaram os montantes de R\$0,72 (setenta e dois centavos) por ação ordinária e R\$0,80 (oitenta centavos) por ação preferencial; **5- BALANÇO SOCIAL** Durante o ano de 2019 a Metisa contabilizou o montante de R\$ 64.049 mil a título de remuneração de seus funcionários e administradores, encargos sociais, assistência médica e odontológica, alimentação, transportes e treinamento de pessoal. O quadro de pessoal apresentava um total de 1.012 funcionários em 31 de dezembro de 2019. **6- RESPONSABILIDADE AMBIENTAL** A Companhia mantém sob estrita vigilância as normas estabelecidas para o cumprimento da legislação ambiental. A Companhia vem selecionando os resíduos gerados na sua operação industrial, de modo a melhorar seu aproveitamento. No tocante à segurança pessoal dos seus colaboradores, a Metisa está adequada às normas regulamentadoras de proteção ao trabalhador. **7- VALOR ADICIONADO** As operações da Metisa geraram um valor adicionado de **R\$115.001 mil** durante o ano de 2019, com a seguinte distribuição:

	R\$ mil	Participação sobre o Total
Pessoal e Encargos	64.048	55,7%
Impostos, Contribuições e Taxas	19.938	17,3%
Variações Cambiais e Juros	13.014	11,3%
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	11.145	9,7%
Lucros Retidos	11.145	9,7%
<b>TOTAL</b>	<b>115.001</b>	<b>100,0%</b>

**8 - INVESTIMENTOS** Durante o exercício de 2019 a Metisa investiu, com recursos próprios, o montante de **R\$11.044,4mil** na aquisição de ativos tangíveis e intangíveis, bem como no desenvolvimento de novos processos e novos produtos, objetivando a redução de custos, aumento de produtividade e conclusão da adequação de sua unidade fabril às Normas Reguladoras de proteção ao trabalhador. **9 - AUDITORIA EXTERNA** Conforme o disposto na Instrução CVM nº381, informamos que os auditores independentes da companhia, UHY Bendorytes & Cia., não prestaram outros serviços que não os relacionados com auditoria externa durante o exercício de 2019. **10 - PERSPECTIVAS** Segundo as projeções oficiais, haverá um crescimento da atividade agrícola, com consequente aumento da demanda de peças para máquinas agrícolas, principal linha de produtos da Metisa. Se cumprida a previsão, a colheita de grãos em 2020 deverá ser a segunda maior da série histórica, iniciada em 1975. A economia deverá ganhar tração neste ano com a aprovação das reformas tributária e administrativa, fundamentais para o acerto das contas públicas, melhora do ambiente econômico, aumento dos investimentos privados e criação de novos empregos. Independentemente do comportamento da economia em geral, e da expectativa para os setores de atuação da Metisa, a Companhia se dedicará ao desenvolvimento de novos produtos, maior participação nos seus mercados de atuação, mantendo como seu grande desafio em 2020 a recomposição das margens sobre suas vendas nos mercados nacional e de exportação.

**Timbó (SC), 10 de Março de 2020. A Administração**
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)**

	Reservas de lucros						Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Retenção de lucros	a Realizar	Incentivos fiscais	Ações em tesouraria			
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>100.000.000</b>	<b>12.879.465</b>	<b>83.906.160</b>	<b>7.368.298</b>	<b>2.229.690</b>	<b>(1.320.170)</b>	<b>14.853.471</b>	-	<b>219.916.914</b>
Reversão de dividendos e JSCP	-	-	93.386	-	-	-	-	-	93.386
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	(105.200)	-	-	(105.200)
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	(59.456)	-	-	-	-	59.456
Custo atribuído realizado	-	-	-	-	-	-	(608.221)	-	608.221
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	16.335.466
Destinação proposta à Assembleia Geral:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	198.774	-	-	-	(198.774)
Reserva legal	-	816.774	-	-	-	-	-	-	(816.774)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.600.409)
Retenção de lucros	-	-	10.387.186	-	-	-	-	-	(10.387.186)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>100.000.000</b>	<b>13.696.239</b>	<b>94.386.732</b>	<b>7.308.842</b>	<b>2.428.464</b>	<b>(1.425.370)</b>	<b>14.245.250</b>	-	<b>230.640.157</b>
Reversão de dividendos e JSCP	-	-	62.059	-	-	-	-	-	62.059
Aumento de capital	50.000.000	-	(50.000.000)	-	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	(335.158)	-	-	(335.158)
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	(1.539.157)	-	-	-	-	1.539.157
Custo atribuído realizado	-	-	-	-	-	-	(568.002)	-	568.002
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	18.000.782
Destinação proposta à Assembleia Geral:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	567.621	-	-	-	(567.621)
Reserva legal	-	900.039	-	-	-	-	-	-	(900.039)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.855.608)
Retenção de lucros	-	-	11.784.673	-	-	-	-	-	(11.784.673)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>150.000.000</b>	<b>14.596.278</b>	<b>56.233.464</b>	<b>5.769.685</b>	<b>2.996.085</b>	<b>(1.760.528)</b>	<b>13.677.248</b>	-	<b>241.512.232</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**
**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)**

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido antes dos impostos</b>	<b>23.832.153</b>	<b>21.456.357</b>	<b>23.832.153</b>	<b>21.456.357</b>
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	-	-	-	-
Depreciação, amortização e exaustão	8.725.171	8.279.632	10.805.550	8.353.172
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos	345.266	3.435.135	345.266	3.435.135
Equivalência patrimonial	488.934	108.534	-	-
Valor residual de ativos não circulantes	(620.468)	(70.581)	(642.168)	(70.581)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	505.216	59.983	505.216	59.983
Provisão para contingências	26.000	108.065	26.000	108.065
<b>Disponibilidades brutas antes das mudanças no capital de giro</b>	<b>33.302.272</b>	<b>33.377.125</b>	<b>34.872.017</b>	<b>33.342.311</b>
Variações nos ativos e passivos	-	-	-	-
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	(2.037.099)	(2.708.959)	(2.037.099)	(2.708.959)
(Aumento)/Redução em contas a receber e outras contas a receber	(2.688.899)	(3.481.261)	(3.119.211)	(3.456.694)
(Aumento)/Redução nos estoques	(1.700.125)	(4.672.216)	(1.700.125)	(4.672.216)
(Aumento)/Redução em impostos a recuperar	4.893.887	(2.259.663)	4.893.887	(2.259.663)
(Aumento)/Redução nas despesas antecipadas	43.480	(65.350)	43.480	(65.350)
Aumento/(Redução) em fornecedores	770.273	(597.029)	770.273	(597.029)
Aumento/(Redução) em salários e encargos sociais	18.821	379.560	15.791	381.666
Aumento/(Redução) nas obrigações tributárias	38.225	379.893	90.960	383.133
Aumento/(Redução) de férias e encargos sociais	(85.175)	1.038.145	(87.235)	1.040.647
Aumento/(Redução) nas participações a pagar	289.753	560.678	289.753	560.678
Aumento/(Redução) nas comissões e fretes s/ vendas	599.924	(85.120)	599.924	(85.120)
Aumento/(Redução) em outras contas a pagar	54.093	132.813	54.093	132.806
<b>Caixa gerado nas operações</b>	<b>33.499.430</b>	<b>21.998.616</b>	<b>34.686.508</b>	<b>21.996.030</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.188.942)	(4.966.089)	(6.238.135)	(4.971.292)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>27.310.488</b>	<b>17.032.527</b>	<b>28.448.373</b>	<b>17.024.738</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Non realizável a longo prazo	(4.600)	(1.530.450)	(4.600)	(1.530.450)
Non imobilizado	(10.828.898)	(7.373.185)	(10.893.098)	(7.373.185)
Non intangível	(215.554)	(109.733)	(215.554)	(109.733)
Caixa gerado na venda de ativos não circulantes	275.667	97.549	185.167	97.549
Ações em tesouraria	(335.158)	(105.200)	(335.158)	(105.200)
Reversão de dividendos e JSCP	62.059	93.386	62.059	93.386
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos</b>	<b>(10.596.484)</b>	<b>(8.927.633)</b>	<b>(10.628.184)</b>	<b>(8.927.633)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Empréstimos e financiamentos obtidos	91.362.430	73.076.107	91.362.430	73.076.107
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(75.089.846)	(81.374.634)	(75.089.846)	(81.374.634)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(6.855.608)	(5.600.409)	(6.855.608)	(5.600.409)
<b>Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos</b>	<b>9.416.976</b>	<b>(13.898.936)</b>	<b>9.416.976</b>	<b>(13.898.936)</b>
<b>Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes à caixa</b>	<b>26.130.980</b>	<b>(5.794.042)</b>	<b>27.237.165</b>	<b>(5.801.831)</b>
<b>Caixa e equivalentes à caixa no começo do período</b>	<b>49.659.573</b>	<b>55.453.615</b>	<b>49.695.378</b>	<b>55.497.209</b>
<b>Caixa e equivalentes à caixa no fim do período</b>	<b>75.790.553</b>	<b>49.659.573</b>	<b>76.932.543</b>	<b>49.695.378</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)**
**1. Contexto Operacional** A Companhia, com sede em Timbó - SC, tem como atividade principal a industrialização e comercialização de peças para implementos agrícolas, peças para tratores, pás destinadas à construção civil e para fins diversos, lâminas para corte de pedras, acessórios ferroviários, peças para implementos rodoviários e outros produtos de aço, laminados e conformados a quente.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis.**
**2.1. Base de preparação a) Abrangência** As presentes demonstrações financeiras estão apresentadas em reais e incluem:

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP);
- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 10 de março de 2020.

**b) Base de mensuração** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais mensurados pelo valor justo:

- os ativos biológicos da controladora conforme nota 2.2 (g); e
- determinados ativos do imobilizado da controladora conforme nota 2.2 (i).

**c) Moeda funcional e moeda de apresentação** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d) Uso de estimativas e julgamentos** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas.

**2.2. Principais práticas contábeis** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de

maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário. (a) **Base de consolidação** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da METISA - Metalúrgica Timboense S/A, e sua controlada METISA Florestal e Energética S/A, conforme Nota 9, que adota políticas contábeis alinhadas com a controladora. Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido da entidade controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidência de problemas de recuperação dos ativos relacionados. (b) **Moeda estrangeira** A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real conforme as normas descritas na Deliberação CVM nº 640 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21). Operações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio da data de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

**(c) Instrumentos financeiros (i) Ativos financeiros não derivativos** A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desconta um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação que não essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem recebíveis e outras contas de ativos financeiros não derivativos. Recebíveis e outras contas são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, recebíveis e outras contas são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis e outras contas abrangem clientes e outros créditos. (ii) **Passivos financeiros não derivativos** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Os passivos financeiros não derivativos da Companhia são constituídos de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. (iii) **Instrumentos financeiros** A Companhia mantém uma carteira de ações de empresas de capital aberto. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado do exercício. (iv) **Caixa e equivalentes de caixa** incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado. (v) **Contas a receber** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face as eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia tem como política manter um prazo de financiamento das contas a receber a curto prazo, justificando assim, a não necessidade de cálculo de ajuste a valor presente. (f) **Estoques** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazer-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. (g) **Ativo biológico (consolidado)** Os ativos biológicos da controladora são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados para venda no momento do corte, sendo que sua exaustão é calculada no momento do corte da madeira. Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto e pinus provenientes de plantios planejados e renováveis e são destinados substancialmente para comercialização com clientes localizados na região da METISA Florestal e Energética S/A. Na determinação do valor justo, foi utilizado o valor de mercado ativo, considerando sua localização e condições atuais e os preços cotados nesse mercado, conforme preconizado no CPC 29 - Ativo Biológico. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, por ocasião de sua avaliação é reconhecido no resultado do período em que ocorrer, numa rubrica específica da demonstração do resultado, denominada "avaliação a valor justo de ativo biológico". O aumento ou diminuição do valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos no início e no final do período avaliado. A contrapartida do valor justo dos ativos biológicos no início do período foi reconhecido e mantido na reserva de lucros retidos no patrimônio líquido, até sua efetiva realização financeira pelo corte da madeira, quando será transferida para lucros acumulados para destinação. (h) **Investimentos** A participação na controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. (i) **Imobilizado (i) Reconhecimento e mensuração** tem o imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando existentes. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. A Companhia fez a opção de utilizar o custo atribuído para valorização de determinados bens do seu ativo imobilizado em função de que esses, tais como apresentados conforme as práticas contábeis anteriores, não atendiam a alguns requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que são ativos que extrapolaram sua vida útil inicial, todavia continuam gerando benefícios econômicos futuros. Adicionalmente, em 2010, a Companhia realizou a reavaliação da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado, objetivando adequar os custos de depreciação à expectativa de obtenção de benefícios econômicos futuros com esses bens. O levantamento foi realizado mediante contratação de empresa especializada, a qual emitiu laudo técnico sobre a reavaliação. (ii) **Depreciação** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável. A depreciação é reconhecida no resultado baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. (iii) **Custos subsequentes** O custo de reposição ou de manutenção (reforma) de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



# METISA METALÚRGICA TIMBOENSE S.A

imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(j) Redução ao valor recuperável (Impairment) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)** Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas sejam provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **Ativos não financeiros** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação o valor recuperável do ativo é determinado. A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros. **(k) Provisões** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou operacional que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **(l) Capital social** Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. **(m) Receita operacional - Venda de produtos** A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possa ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **(n) Receitas financeiras e despesas financeiras** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação cambial e outras receitas diversas. As receitas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, variação cambial, despesas com juros sobre empréstimos e encargos financeiros sobre tributos. As despesas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através dos juros efetivos. **(o) Imposto de Renda e Contribuição Social** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado. O imposto corrente e o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado às alíquotas vigentes na data da apresentação. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseado-se nas leis vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **(p) Resultado por ação** O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base no estatuto social e legislação aplicável, excluindo as ações mantidas em tesouraria. **(q) Informação por segmento** Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. A Companhia possui um único segmento de negócio: a produção e comercialização de peças fabricadas em aço para implementos agrícolas, construção civil e outros, como divulgado na Nota nº 24.

**2.3. Determinação do valor justo** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. **(i) Contas a receber de clientes e outros créditos** As contas a receber e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos de entrada de fluxo de caixa. **(ii) Derivativos** A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e não operou com esses instrumentos. **(iii) Passivos financeiros não derivativos** As contas a pagar e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos nominais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Remuneração das aplicações</b>				
Caixa e Bancos	909.039	634.385	911.758	642.867
Aplicações Financeiras em Certificados de Depósito Bancário				
Vinculada à variação do CDI	74.881.514	49.025.188	76.020.785	49.052.511
	<b>75.790.553</b>	<b>49.659.573</b>	<b>76.932.543</b>	<b>49.695.378</b>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa. **4. Títulos e valores mobiliários** O títulos e valores mobiliários referem-se a uma carteira composta por ações classificadas como ativos financeiros que a Companhia mantém para negociação. Conforme IAS 39 (CPC 38, 39 e 40), os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados na categoria de mensurado ao valor justo por meio do resultado. Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. Os saldos são demonstrados ao valor justo e as variações são contabilizadas no resultado. Os títulos mantidos pela Companhia estão assim distribuídos:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Banco do Brasil (BBAS3)	3.454.586	2.606.837
(-) Venda de Opções – Banco do Brasil (BBAS3)	(8.583)	(1.741)
Petrobras S/A (PETRA)	4.496.004	3.760.154
(-) Venda de Opções – Petrobras S/A (PETRA)	(2.889)	(1.472)
Vale S/A (VALES)	4.255.317	3.794.800
(-) Venda de Opções – VALE (VALES)	(7.318)	(8.560)
	<b>12.187.117</b>	<b>10.150.018</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Mercado interno	29.971.856	28.311.465	30.403.347	28.311.465
Mercado externo	31.127.678	27.057.209	31.127.678	27.057.209
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(3.645.296)	(3.140.080)	(3.645.296)	(3.140.080)
(-) Ajuste CPC 47 – Receitas	(244.365)	(207.632)	(244.365)	(207.632)
Outras contas a receber (i)	3.549.713	6.554.941	3.552.230	6.558.637
	<b>60.759.586</b>	<b>58.755.903</b>	<b>61.193.594</b>	<b>58.759.599</b>

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na Nota 25. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em bases consideráveis suficientes para fazer face as eventuais perdas na realização de créditos, tendo como base os títulos vencidos há mais de 90 dias no mercado interno e 180 dias no mercado externo, que teve a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Mercado Interno	600.670	926.743	(421.527)	1.105.886
Mercado Externo	2.539.410	-	-	2.539.410
	<b>3.140.080</b>	<b>926.743</b>	<b>(421.527)</b>	<b>3.645.296</b>

(i) Outras contas a receber tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos de férias	1.499.717	1.700.678	1.502.234	1.704.374
Adiantamentos a fornecedores	983.372	1.073.689	983.372	1.073.689
Cessão de créditos de ICMS (a)	115.250	3.000.000	115.250	3.000.000
Outros valores	951.374	780.574	951.374	780.574
	<b>3.549.713</b>	<b>6.554.941</b>	<b>3.552.230</b>	<b>6.558.637</b>

(a) Refere-se a créditos de ICMS liberados pela Fazenda Estadual e transferidos para fornecedores da Companhia.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Produtos acabados	22.619.607	22.820.510
Produtos em processo	14.696.860	12.831.884
Materiais-primas	15.063.822	17.250.676
Materiais secundários	7.121.667	6.533.930
Materiais de manutenção	2.454.181	2.326.213
Importação em andamento	1.041.733	236.623
Adiantamento a fornecedores	416.448	-
Perda estimada	(323.674)	(609.317)
	<b>63.090.644</b>	<b>61.390.519</b>

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
ICMS (i)	5.226.615	2.634.125
IPI	8.821	8.811
IRPJ (ii)	291.764	4.234.373
CSLL (ii)	-	945.347
PIS/COFINS	-	2.597.460
REINTEGRA	41.749	42.720
	<b>5.568.949</b>	<b>10.462.836</b>

(i) Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundo de aquisições de matérias primas e insumos, e não compensado em sua totalidade com o ICMS gerado em suas vendas de mercadorias no mercado nacional, pendente de liberação pela Fazenda Estadual para transferência para fornecedores da Companhia. (ii) São antecipações de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, calculadas com base na estimativa mensal, pagos em 2018, em valores superiores ao apurado pelo ajuste anual e ainda não compensados.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos judiciais (i)	4.289.290	4.284.690
Empréstimos compulsórios	90.255	90.255
	<b>4.379.545</b>	<b>4.374.945</b>

(i) Refere-se a depósitos para garantir o andamento de demandas judiciais, de natureza civil, tributária e trabalhistas, cujas provisões, quando devidas, estão reconhecidas no passivo, assim constituídas:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Cíveis	1.659.717	1.659.717
Trabalhistas	35.543	30.943
Tributários	2.594.030	2.594.030
	<b>4.289.290</b>	<b>4.284.690</b>

**b) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSL)** A conciliação do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSL), calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, está apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ e CSL correntes	(6.188.942)	(4.966.889)	(6.240.901)	(4.970.397)
IRPJ e CSL diferidos	357.571	(154.802)	357.571	(154.802)

**Impostos correntes** Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia (controladora) apresentava prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social apurados no 4o trimestre de 2019. **Impostos diferidos** O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Sobre bases negativas/prejuízos fiscais	264.768	-
Sobre adições temporárias	(318.271)	(553.232)
Sobre depreciação custo atribuído	292.608	313.326
Sobre diferença de depreciação nova vida útil	(324.989)	(325.214)
Sobre realização depreciação nova vida útil	443.106	410.550
Sobre diferença no valor residual	349	(232)
	<b>357.571</b>	<b>(154.802)</b>

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre adições temporárias tem a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2019	31/12/2018		
CSL	IRPJ	CSL	IRPJ	
Perda estimada com créditos Eletrobrás	361.020	361.020	361.020	361.020
Contingências trabalhistas	100.000	100.000	74.000	74.000
Contingências cíveis	47.972	47.972	47.972	47.972
Comissão sobre vendas	1.044.496	1.044.496	849.989	849.989
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	3.645.296	3.645.296	3.140.080	3.140.080
Perda estimada com estoques	323.674	323.674	609.317	609.317
Ajuste CPC 47 – Receitas	244.365	244.365	207.632	207.632
Perdas incorridas no mercado de renda variável	-	998.374	-	2.919.921
<b>Base de cálculo</b>	<b>5.766.823</b>	<b>6.765.197</b>	<b>5.290.010</b>	<b>8.209.931</b>
Alíquotas	9%	25%	9%	25%
	<b>519.014</b>	<b>1.691.299</b>	<b>476.101</b>	<b>2.052.483</b>

A Administração considera que os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

**9. Investimentos** A seguir demonstramos um sumário das informações da Controlada e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

	METISA Florestal e Energética S.A.	
	31/12/2019	31/12/2018
Capital social realizado	1.905.000	1.905.000
Patrimônio líquido	9.868.402	10.357.336
Total de ativo e passivo	9.875.158	10.365.640
Receitas líquidas de vendas	1.784.245	110.477
<b>Percentual de participação</b>		
.No capital votante	100%	100%
.No capital total	100%	100%
Resultado do exercício da controlada	(488.934)	(108.534)
Resultado de equivalência patrimonial contabilizada na controladora	(488.934)	(108.534)
Saldo do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial	<b>9.868.402</b>	<b>10.357.336</b>
Saldo de investimentos	<b>9.868.402</b>	<b>10.357.336</b>

**10. Imobilizado** A movimentação é demonstrada conforme a seguir:

	Controladora				Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	10.309.747	-	-	-	10.309.747
Edifícios e construções	33.396.243	-	-	-	33.396.243
Móveis e utensílios	4.892.030	83.825	(33.832)	-	4.942.023
Veículos	1.269.616	1.355.542	(464.234)	-	2.160.924
Máquinas e equipamentos	133.367.834	264.677	(627.629)	6.929.431	139.934.313
Imobilizações em andamento	5.115.740	9.124.854	-	(6.929.431)	7.311.163
Depreciação acumulada	(114.223.031)	(8.489.291)	1.020.496	-	(121.691.826)
	<b>74.128.179</b>	<b>2.339.607</b>	<b>(105.199)</b>	-	<b>76.362.587</b>

	Consolidado				Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	11.197.285	-	-	-	11.197.285
Reflorestamento	10.008.354	64.200	(2.390.648)	-	7.681.906
Edifícios e construções	33.610.428	-	-	-	33.610.428
Móveis e utensílios	4.911.644	83.825	(33.832)	-	4.961.637
Veículos	1.366.706	1.355.542	(464.234)	-	2.258.014
Máquinas e equipamentos	133.426.571	264.677	(654.629)	6.929.431	139.966.505
Imobilizações em andamento	5.115.740	9.124.854	-	(6.929.431)	7.311.163
Depreciação acumulada	(115.182.410)	(10.569.669)	3.427.343	-	(122.324.736)
	<b>84.454.318</b>	<b>323.429</b>	<b>(116.000)</b>	-	<b>84.661.747</b>

	Controladora e Consolidado				Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	
Software	1.467.375	6.000	-	234.129	1.707.504
Intangível em andamento	50.000	209.555	-	(234.129)	25.426
Amortização acumulada	(779.569)	(235.881)	-	-	(1.015.450)
	<b>737.806</b>	<b>(20.326)</b>	-	-	<b>717.480</b>

A depreciação e a amortização, em 31 de dezembro de 2019, da Controladora, totalizaram R\$ 8.725.171 (R\$ 8.273.632 em 31 de dezembro de 2018). Desse total, R\$ 7.956.600 (R\$ 7.672.494 em 31 de dezembro de 2018) foram reconhecidos no custo de produção e o restante diretamente no resultado do exercício.

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2019	31/12/2018		
Leasing	Imobilizado	Juros de 12,43 a.a.	418.669	150.201
ACE/ACC	Capital de giro	VC + juros de até 2,00% a.a.	37.637.443	21.288.060
	<b>Total dos empréstimos</b>		<b>38.056.112</b>	<b>21.438.261</b>
	<b>Circul</b>			



DIRETORIA EXECUTIVA		
<b>Edvaldo Angelo</b> – Diretor Presidente		
<b>Wilson Harrison Jacobsen</b> – Diretor de Relações com Investidores		
<b>Amin Omar Massud</b> – Diretor		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
<b>Flavio Snell</b> Presidente	<b>Alessandra Casagrande Angelo</b> <b>Marcelo Massud</b> <b>Márcia Valéria dos Santos Rosa</b>	<b>Otto dos Santos</b> <b>Ricardo Teixeira Mendes</b> <b>Wilson Harrison Jacobsen</b>
<b>Edvaldo Angelo</b> Vice-Presidente	<b>Mário Luiz Marques</b>	
<b>Marcos Maus</b> – Contador CRC-SC 015.283/0-8 - CPF 440.419.009-30		
PARECER DO CONSELHO FISCAL		

No dia dez de março de dois mil e vinte, às 09:00 horas, nas dependências da METISA Metalúrgica Timboense S.A., na Rua Fritz Lorenz, 2442, Distrito Industrial, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal para emissão de parecer sobre o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2019. Os membros do Conselho Fiscal da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. presentes, por unanimidade, cumprindo atribuições legais e estatutárias, examinaram as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2019, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório da Administração. Examinaram também as respectivas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia. Considerando as análises efetuadas, os Conselheiros presentes, por unanimidade, opinaram no sentido de que tais documentos traduzem adequadamente a posição patrimonial da Companhia e de que os mesmos estão em condições de merecer aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral. (Parecer do Conselho Fiscal da Metisa S.A., aprovado pela Ata Nº 258, folha 153, do dia 10 de março de 2020).

**Vinício Pedro Cemin** - Presidente  
**Leopoldo Francisco Raimo | Ramiro Heise | Ricardo Ferruccio Gobbo | Werner Kraus**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Do Conselho de Administração e aos Acionistas da METISA METALÚRGICA TIMBOENSE S/A.

**Opinião**  
 Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da METISA METALÚRGICA TIMBOENSE S/A. (Companhia) e sua controlada, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**  
 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da METISA METALÚRGICA TIMBOENSE S/A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**  
 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da METISA METALÚRGICA TIMBOENSE S/A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião**  
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Principais assuntos de auditoria**  
 Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

**Indicação de desvalorização dos ativos não financeiros da Companhia**  
 A fim de atender o item 12 (d) do NBC TG 01 (R3) – REDUÇÃO AO VALOR RECURSÁVEL DE ATIVOS, executamos procedimentos de auditoria para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.  
 Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:  
 • análise do valor de mercado das ações da Companhia através da ponderação das cotações ON e PN em comparação ao valor patrimonial das mesmas.  
 • análise da qualidade do ativo consolidado da Companhia e de recuperabilidade por tipo de ativo.  
 • avaliação da continuidade da Companhia e eventual desvalorização dos ativos da mesma através da análise de outros indicadores da Companhia, tais como análise de estrutura de capital, indicadores de liquidez e de rentabilidade, para determinação se a relação entre seu valor patrimonial da ação e seu preço médio de venda na bolsa de valores (B3) é indicativo de eventual desvalorização dos ativos da Companhia.

**Provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
 Nota explicativa nº 6 - Contas a receber e outras contas a receber  
 A Companhia e sua controlada possuem em 31 de dezembro de 2019 saldo a receber proveniente de clientes no mercado interno e externo no montante de R\$ 60.855 mil (R\$ 55.161 mil em 2018). Sobre esses créditos tem constituído provisão no valor de R\$ 3.645 mil (R\$ 3.140 mil em 2018). A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como base os títulos vencidos há mais de 90 dias no mercado interno e 180 dias no mercado externo. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:  
 • análise detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação das contas a receber que são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos).  
 • confirmação (circularização) dos saldos dos clientes.  
 • avaliação dos cálculos para reconhecimento e mensuração das perdas no recebimento de créditos.

**Estoques – produtos acabados de difícil realização**  
 Nota explicativa no 7 – Estoques  
 Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía provisão para perdas no montante de R\$ 324 mil (R\$ 609 mil em 2018). A Companhia procedeu a revisão na lista de seus produtos em consonância com as maiores necessidades do mercado. Não obstante, ocorrem situações, que fazem parte do processo do mercado em que a Companhia atua, que o planejamento de produção e vendas acabam não se concretizando, gerando estoques de realização lenta ou de difícil realização. A Companhia, por sua vez, periodicamente, apura esses estoques mediante relatório específico e procede o registro da provisão para perdas sobre os estoques.  
 Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:  
 • acompanhamento do inventário anual;  
 • avaliação dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação dos estoques que estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável;  
 • análise e recálculo da provisão de perda dos estoques, através do relatório dos estoques sem movimento há mais de 720 dias.

**Alavancagem financeira da Companhia**  
 Nota explicativa no 13 – Empréstimos e financiamentos  
 A Companhia apresentava o montante de R\$ 38.056 mil (R\$ 21.438 mil em 2018) em contratos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019. Considerando que a relevância da conta, entendemos ser esse uma questão significativa em nossa auditoria.  
 Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:  
 • análise detalhada das cláusulas dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 2019;  
 • confirmação (circularização) dos saldos dos empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras;  
 • recálculo dos empréstimos e financiamentos com base nos encargos financeiros, fluxo financeiro e prazos de pagamento identificados nos respectivos contratos;  
 • comparação dos saldos reconhecidos na contabilidade com os saldos informados pelas instituições financeiras nas confirmações recebidas das mesmas;  
 • confirmação das liquidações financeiras ocorridas durante o exercício, através dos extratos bancários.

**Provisões para contingências**  
 Nota explicativa no 17 - Provisões para contingências  
 Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía provisões no montante de R\$ 3.561 mil (R\$ 3.535 mil em 2018) relacionadas a processos judiciais cuja expectativa de perda foi classificada como provável.  
 Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Tam-

bém, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requerem que a Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia é parte envolvida. Essa avaliação é baseada em posições de assessores jurídicos internos e externos e em julgamentos da própria administração.  
 Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- confirmação, por escrito, dos consultores jurídicos externos da Companhia sobre: (i) o estágio processual das ações judiciais ativas e passivas; e (ii) estimativa confiável da potencial perda e da classificação de probabilidade de perda entre provável, possível e remota;
- avaliação da competência técnica dos consultores jurídicos internos e externos utilizados pela Companhia;
- avaliação da política contábil adotada para provisionamento das ações judiciais e discussão das premissas em que se pautam as estimativas dos valores provisionados;
- testes de recálculo do valor de exposição dos processos judiciais e administrativos, teste de atualização financeira conforme legislação aplicável;
- testes de passivos contingentes não registrados, com base em pesquisas nos websites dos tribunais de justiça relevantes.

**Reconhecimento da receita**  
 Nota explicativa no 20 – Receita operacional líquida  
 A Companhia reconhece suas receitas quando os produtos faturados tenham sido efetivamente entregues aos seus clientes e para tanto existem diversos controles que assegurem que as receitas sejam reconhecidas respeitando o período de competência que converge com o requerimento das normas contábeis vigentes. Esse processo abrange as transações dos mercados interno e externo, especificidades de cada localidade onde a Companhia tem operações e condições comerciais e contratuais de cada transação.  
 Assim, a análise detalhada de cada uma das condições específicas, bem como o julgamento da Administração determinam os valores e momento que são reconhecidos.  
 O período de fechamento contábil é o parâmetro principal para que o reconhecimento da receita não contenha valores de períodos incorretos, respeitando o momento em que ocorre a transferência de riscos e benefícios de cada transação.  
 Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- revisão da aplicação dos critérios definidos pelos controles internos da Companhia e julgamentos da Administração para reconhecimento da receita sobre os documentos comprovantes de entrega e transferência de riscos e benefícios dos produtos;
- avaliação da adequação das premissas utilizadas pela Administração e das políticas de reconhecimento de receita adotadas;
- revisão da adequada divulgação em nota explicativa.

**Outros Assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**  
 As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e sua controlada, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**  
 A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreende o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:  
 • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.  
 • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.  
 • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das identificações significativas de auditoria, inclusive as eventuais eficiências significativas nos controles internos que determinamos durante nossos trabalhos.  
 Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.  
 Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2020.

**UHY BENDORAYTES & CIA.**  
 (anteriormente denominada CROWE HORWATH BENDORAYTES & CIA)  
 Auditores Independentes | CRC 2RJ 0081/0-8

**GEYSA BENDORAYTES E SILVA**  
 Contadora | CRC 1RY 091330/0-5

para trilhos ferroviários, pás e cavadeiras, peças para implementos rodoviários e arruelas. As instalações industriais da Companhia são extremamente versáteis e um mesmo conjunto de equipamentos pode fabricar materiais que integram "linhas de produtos" diferentes. As linhas de produtos são definidas em função de seu uso e correspondente mercado, não se constituindo em setores fabricados separados e bem identificados, e para os quais se possam desenvolver demonstrações financeiras individualizadas. Em decorrência, a Companhia explora um único segmento operacional.

**25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros (a) Gerenciamento de riscos** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **Risco de crédito** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de sua cliente, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito. A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa conforme demonstrado na Nota 5. Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco de contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise de contas a receber por vencimento e as garantias. **(b) Exposição a riscos de créditos** O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras é assim composto:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	76.932.543	49.695.378
Títulos e valores mobiliários	12.187.117	10.150.018
Contas a receber de clientes	61.531.025	55.368.674
<b>(ii) Perdas por redução no valor recuperável</b> O contas a receber, na data das demonstrações financeiras, tem a seguinte posição por vencimento:		
	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	50.494.391	40.817.712
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	5.615.926	9.240.521
De 31 a 90 dias	1.266.217	1.575.290
De 91 a 180 dias	509.194	610.971
De 181 a 360 dias	-	255.198
Acima de 360 dias	3.645.297	2.868.982
	<b>61.531.025</b>	<b>55.368.674</b>

A despeça com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado (Nota 21). Quando não existe expectativa de recuperação de número, os valores creditados lançados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são revertidos contra a base definitiva do título para o resultado da operação. **Risco de taxa de juros** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. **Risco de mercado** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado de matérias primas e insumos utilizados no processo de produção, principalmente o preço do aço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques reguladores desta matéria-prima. **Risco de liquidez** Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descausamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (Notas 3 e 4) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas políticas acima mencionadas. Os valores equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez. **Risco de taxa de câmbio** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia nas contas a receber advindas de vendas ao mercado externo (Nota 5). A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a necessidade de contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos. **Risco operacional** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • exigências para reconciliação e monitoramento de operações; • cumprimento com exigências regulatórias e legais; • documentação de controles e procedimentos; • exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • desenvolvimento de planos de contingência; • treinamento e desenvolvimento profissional; • padrões éticos e comerciais; • migração de risco, incluindo seguro quando aplicável.

**(b) Instrumentos financeiros**  
 Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis estão apresentados no balanço patrimonial nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • Caixa e equivalentes de caixa – Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acesso dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado. • Títulos e valores mobiliários – Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo. • Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar – Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas quando aplicável. • Empréstimos e financiamentos – São classificados como passivos financeiros considerado valor justo de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes específicas para financiamento.

**(c) Gestão de capital** A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. **(d) Análise de sensibilidade (i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros** Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TLP. **(ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio** A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras.

**(e) Instrumentos financeiros derivativos** A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

**26. Outras receitas operacionais**  
 As outras receitas operacionais são decorrentes da venda de ativos não circulantes e da recuperação de tributos pagos a maior.

**27. Cobertura de seguros (não auditado)**  
 De acordo com a natureza de suas atividades e considerando as medidas preventivas adotadas em caráter permanente com base na característica dos bens, a Companhia mantém seguros contratuais, no valor de R\$ R\$ 45.138.936. Esse montante de cobertura é considerado suficiente pelos Administradores da Companhia.

**28. Eventos Subsequentes**  
 Em atendimento ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP 02/2020, vimos informar que, provavelmente, a Companhia irá sofrer impactos em seus resultados dado a pandemia instalada, mas que até a presente data ainda não é possível quantificar tais efeitos, visto que todos seus insumos são produzidos em território nacional e nas vendas ao mercado externo não foram observados dados negativos, mas se houverem, a alta do dólar poderá, eventualmente, atenuar tais impactos

ORÇAMENTO DE CAPITAL PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO	
	R\$ / mil
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE - IMOBILIZADO</b>	
I - Construção Civil	860,0
II - Máquinas, Equipamentos e Instalações	3.604,5
III - Ferramentais	1.210,0
IV - Tecnologia da Informação	1.658,5
V - Adequação às Normas de Segurança NR10, NR12 e NR17	2.600,0
<b>Total</b>	<b>9.933,0</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	
CAPITAL DE GIRO	1.851,6
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>11.784,6</b>
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA	

Conforme requerido pela Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes.